



MIGUEL RIBEIRO PEREIRA

Cláudia Maria da Costa Gonçalves

Prefácio

MANUAL SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

O livro *Manual sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, de autoria de Miguel Ribeiro Pereira, finalista do Prêmio Jabuti no ano de 2021, contém a análise da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, realizando-se um percurso evolutivo de seus institutos, com contribuições da doutrina e jurisprudência pátrias, destacando que a nova lei se insere no cenário da pós-modernidade, marcado pelas novas tecnologias e demandas por mais eficiência na máquina pública. O livro, destinado ao público universitário e profissional, dividido em 15 capítulos, apresenta os novos cenários das licitações no Brasil no século XXI, enfatizando a coerência com os princípios adotados pelo legislador já na introdução do novo diploma legal. A obra pretende ser um diálogo com os principais autores da área, bem como instrumento crítico do novo diploma.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

DIREITO PÚBLICO; DIREITO CONSTITUCIONAL;
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Palavras-chaves

DIREITO ADMINISTRATIVO; LICITAÇÕES E
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS; LEI Nº 14133/2021

LICITAÇÕES E CONTRATOS; FASE INTERNA
E EXTERNA DAS LICITAÇÕES; CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;
PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DAS LICITAÇÕES
E CONTRATOS; ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DOS
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

CÓDIGO: 3234

P436m Pereira, Miguel Ribeiro

Manual sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos / Miguel Ribeiro Pereira. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

389p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN impresso 978-65-5518-687-1

ISBN digital 978-65-5518-694-9

1. Direito administrativo. 2. Licitações e contratos administrativos. 3. Lei nº 14133/2021. 4. Licitações e contratos. 5. Fase interna e externa das licitações. 6. Contratos administrativos. 7. Princípios e procedimentos das licitações e contratos. 8. Alteração e extinção dos contratos administrativos. I. Título.

CDD 342

CDU 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PEREIRA, Miguel Ribeiro. *Manual sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 389p. ISBN 978-65-5518-687-1.

MIGUEL RIBEIRO PEREIRA

Procurador do Estado do Maranhão. Professor da Escola de Governo do Estado do Maranhão. Graduado em Direito e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Pesquisador no Grupo de Pesquisa GEDH-Bio da Universidade Federal do Maranhão. Finalista do Prêmio Jabuti 2021, com a obra *Vulnerabilidades sociais em tempo de pandemia*, livro em coautoria.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Cláudia Maria da Costa Gonçalves	15
----------------------------------------	----

INTRODUÇÃO

Miguel Ribeiro Pereira.....	23
-----------------------------	----

CAPÍTULO 1

LEI Nº 14.133, DE 1º.4.2021 – ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1.1	Âmbito de aplicação da lei quanto ao aspecto subjetivo	34
1.1.1	Âmbito de aplicação da lei quanto às micro e pequenas empresas	39
1.1.2	Contratações vinculadas ao estrangeiro.....	41
1.1.3	Contratação envolvendo reservas internacionais	42
1.2	Âmbito de aplicação da nova lei quanto ao aspecto objetivo	42

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 47

2.1	Princípio da legalidade	50
2.2	Princípio da impessoalidade	51
2.3	Princípio da moralidade	54
2.4	Princípio da igualdade.....	55
2.5	Do princípio da publicidade	58
2.6	Princípio da probidade administrativa	60
2.7	Princípio da vinculação ao edital	60
2.8	Do princípio do julgamento objetivo.....	63
2.9	Do princípio da eficiência	63
2.10	Do princípio do interesse público	67
2.11	Do princípio do planejamento	69
2.12	Princípio da transparência.....	71
2.13	Princípios da eficácia e da economicidade.....	73
2.14	Princípio da segregação de funções	74
2.15	Princípio da motivação	77
2.16	Do princípio da segurança jurídica.....	78
2.17	Dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	78
2.18	Princípio da competitividade.....	80
2.19	Princípio da celeridade	81
2.20	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	82

CAPÍTULO 3

DOS AGENTES PÚBLICOS

3.1	Da gestão por competências para a equipe condutora das licitações	85
3.2	Requisitos aplicáveis aos agentes públicos no procedimento licitatório	87
3.3	Do agente de contratação	88
3.4	Do agente de contratação e a peculiaridade dos bens e serviços especiais	89
3.5	Vedações ao agente de contratação.....	90
3.6	Da inconstitucionalidade da representação de servidor público pela advocacia pública.....	91

CAPÍTULO 4

PROCESSO LICITATÓRIO (REGRAS GERAIS)

4.1	Objetivos do processo licitatório	96
4.2	Responsabilidade da alta administração no processo licitatório	100
4.3	Da licitação com formalismo atenuado	100

4.4	Processo licitatório e governo digital.....	101
4.5	Plano de contratação anual	104
4.6	Das regras gerais sobre publicidade nos procedimentos licitatórios	107
4.7	Vedações no processo licitatório	107
4.7.1	Vedações relacionadas à elaboração de projeto básico ou executivo	107
4.7.2	Vedações relacionadas a sanções impostas à pessoa física ou jurídica.....	109
4.7.3	Vedações relacionadas à proibição do nepotismo e ao princípio da impessoalidade.....	110
4.7.4	Vedações relacionadas à manutenção da competitividade	110
4.7.5	Vedações relacionadas ao desrespeito à legislação trabalhista...	111
4.7.6	Vedações relacionadas a agências ou organismos internacionais.....	111
4.8	Processo licitatório (regras para consórcios)	112
4.9	Processo licitatório (regras para cooperativas).....	114
4.10	Fases do procedimento licitatório	115
4.11	Procedimento eletrônico como norma geral.....	118
4.12	Das amostras e prova de conceito no procedimento licitatório ...	119
4.13	Fase interna do procedimento licitatório	121
4.13.1	Critérios para fixação do orçamento estimado.....	124
4.13.2	Da observância da economia de escala	127
4.13.3	Do estudo técnico preliminar.....	127
4.13.4	Dos demais documentos instrutórios na fase interna das licitações	129
4.13.5	Da padronização na fase interna	130
4.13.6	Modelagem da informação da construção.....	131
4.13.7	Da vedação dos itens de luxo desde a fase interna.....	133
4.13.8	Da convocação de audiências públicas como instrumento da fase preparatória.....	137
4.13.9	Da matriz de alocação de riscos na fase preparatória	138
4.13.10	Do valor estimado da contratação.....	143
4.13.11	Regras e cláusula editalícias obrigatórias no edital. O programa de integridade.....	150
4.13.12	Regras e cláusulas editalícias facultativas no edital e o compromisso com o meio ambiente e direitos humanos	153
4.13.13	Critérios de reajustamento nas licitações para serviços contínuos. Conceito de serviço contínuo e não contínuo	157
4.13.14	Da margem de preferência	160
4.13.15	Das modalidades de licitação	163
4.13.15.1	Pregão.....	164
4.13.15.1.1	Do enquadramento do objeto como bem ou serviço comum com a finalidade de adoção do pregão.....	166
4.13.15.1.2	Enquadramento de bens e serviços de tecnologia da informação como bens e serviços comuns	167
4.13.15.2	Concorrência.....	175
4.13.15.3	Concurso	176
4.13.15.4	Leilão	177
4.13.15.5	Diálogo competitivo.....	178
4.13.16	Critério de julgamento	183
4.13.16.1	Menor preço	184
4.13.16.2	Maior desconto	192
4.13.16.3	Critério de julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico.....	192
4.13.16.4	Critério do julgamento por técnica e preço.....	193
4.13.16.5	Critério de julgamento por maior retorno econômico	196
4.13.17	Disposições setoriais	197
4.13.17.1	Das compras	198
4.13.17.1.1	Obrigatoriedade de planejamento nas compras	198
4.13.17.1.2	Padronização nas compras.....	200
4.13.17.1.3	Parcelamento do objeto	202
4.13.17.1.4	Termo de referência	203
4.13.17.1.5	Indicação de marcas	205
4.13.17.1.6	Prova de conceito.....	205
4.13.17.2	Das obras e serviços de engenharia	206
4.13.17.3	Dos serviços em geral	212
4.13.17.4	Da locação de imóveis	213
4.13.17.5	Das licitações internacionais	214

CAPÍTULO 5	
DO PARECER JURÍDICO SOBRE O PROCESSO LICITATÓRIO	215
CAPÍTULO 6	
A FASE EXTERNA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	219
CAPÍTULO 7	
ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO	231
CAPÍTULO 8	
DA CONTRATAÇÃO DIRETA	235
8.1	Inexigibilidade de licitação237
8.1.1	Fornecedor exclusivo237
8.1.2	Contratação de artistas.....241
8.1.3	Contratação de serviços técnicos singulares243
8.2	Dispensa de licitação249
8.2.1	Dispensa em razão do valor250
8.2.2	Dispensa em razão de licitação deserta ou fracassada.....252
8.2.3	Dispensa em razão do objeto254
8.2.4	Dispensa para contratação de pesquisa, desenvolvimento e inovação que envolvam risco tecnológico.....257
8.2.5	Dispensa para contratação relacionada à segurança nacional e estados emergenciais (guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou grave perturbação da ordem).....259
8.2.6	Dispensa em razão da emergência.....259
8.2.7	Dispensa para a aquisição de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública 268
8.2.8	Dispensa para intervenção no domínio econômico.....268
8.2.9	Dispensa para celebração de contrato de programa269
8.2.10	Dispensa para contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como na aquisição de insumos estratégicos... 270
8.2.11	Dispensa para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização271
8.2.12	Dispensa para contratação de associação de pessoas com deficiência271
8.2.13	Dispensa para contratação de instituição brasileira para executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, bem como de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa.....272
CAPÍTULO 9	
ALIENAÇÕES	279
CAPÍTULO 10	
PROCEDIMENTOS AUXILIARES	285
10.1	Credenciamento.....285
10.2	Pré-qualificação.....288
10.3	Procedimento de manifestação de interesse.....289
10.4	Sistema de registro de preços291
10.4.1	Requisitos do edital do procedimento de registro de preços.....291
10.4.2	Regra geral da cotação de itens no registro de preços292
10.4.3	Indicação da quantidade das unidades a serem contratadas.....294
10.4.4	Condição para realização do procedimento de registro de preços294
10.4.5	Aplicação do registro de preços às contratações diretas294
10.4.6	Registro de preços como procedimento não vinculante294
10.4.7	Prazos no procedimento de registro de preços295
10.4.8	Registro de preços para execução de obras e serviços de engenharia295
10.4.9	O procedimento do registro de preços e a entidade carona.....298
10.5	Do registro cadastral299

CAPÍTULO 11

FORMALIZAÇÃO, GARANTIAS E ALOCAÇÃO DE RISCOS NOS CONTRATOS

ADMINISTRATIVOS SEGUNDO A LEI

Nº 14.133/2021.....	303
11.1	Introdução303
11.2	Da formalização dos contratos administrativos306
11.2.1	O objeto e seus elementos característicos.....308
11.2.2	Vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta.....310
11.2.3	A legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos310
11.2.4	O regime de execução ou a forma de fornecimento311
11.2.5	O preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.....314
11.2.6	Os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento.....325
11.2.7	Os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso326
11.2.8	O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.. 329
11.2.9	A matriz de risco.....330
11.2.10	As garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento335
11.2.11	Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo338
11.2.12	Gestão do contrato339
11.2.13	Os casos de extinção.....340

CAPÍTULO 12

DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO NOS CONTRATOS

ADMINISTRATIVOS	341
12.1	Da duração dos contratos administrativos342
12.2	Da execução dos contratos administrativos345
12.3	Da alteração dos contratos administrativos e dos respectivos preços.....350
12.3.1	Limite para variação quantitativa nas alterações unilaterais359
12.3.2	Da rejeição ao jogo de planilhas360
12.3.3	Da vedação ao locupletamento ilícito na alteração contratual ..362
12.3.4	A alteração dos contratos de regime de execução integrada ou semi-integrada.....363
12.3.5	Do apostilamento.....363

CAPÍTULO 13

DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

13.1	Do recebimento e dos pagamentos369
13.2	Do manual de fiscalização370
13.3	Do pagamento pela execução contratual373

CAPÍTULO 14

NULIDADES.....379

CAPÍTULO 15

DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS 383

REFERÊNCIAS.....	385
------------------	-----